

ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE PIRACICABA

Edital 3/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|---------------------------------|--------------------------|
| 3/2026 | 180131-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE PIRACICABA | ADRIANA CRISTINA ANDRIOTTA SATO | 29/04/2026 09:42 (v 0.5) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 058.00134075/2025-78 |

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180131)

OBJETO

Contratação de serviço de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, no grupo 01 as cidades de Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard e no grupo 02 as cidades de Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 515.724,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo nº 058.00134075/2025-58)

Torna-se público que *Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba*, por meio do *setor de finanças*, sediada *na Avenida Trinta e Um de Março, 345, Bairro Higienópolis, Piracicaba/SP*, realizará licitação, na modalidade ***PREGÃO ELETRÔNICO***, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *a contratação de serviços de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, no grupo 01 nos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard e no grupo 02 nos municípios de Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.*

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para todos os grupos, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2027](#), deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), executada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.4.4. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor total e estimado do item*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); e do art. 33, inc.

X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#) ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

- **Grupo 1 - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)**

- a) Item 1 – R\$ 960,00

- b) Item 2 – R\$ 90,00

- c) Item 3 – R\$ 420,00

- d) Item 4 – R\$ 30,00

- **Grupo 2 - R\$ 3.000,00 (três mil reais)**

- a) Item 1 – R\$ 1.830,00

- b) Item 2 – R\$ 90,00

- c) Item 3 – R\$ 1.050,00

- d) Item 4 – R\$ 30,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste edital.

7.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

7.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

7.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

7.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

7.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

7.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

7.18.1 *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

7.18.2. *A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

7.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

7.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

7.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate: será aquele previsto no art. [60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem;

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2021](#), quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cni.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAL será realizada também quanto ao sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 67.608, de 2023](#)).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3 de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3 de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6., o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. Serão considerados indícios de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapasse o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação, estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

9.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em subdivisão do item e, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

9.1.3. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto Estadual nº 67.608, de 2023](#)).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto Estadual nº 67.608, de 2023](#))

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto Estadual nº 67.608, de 2023](#))

9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#))

9.11.1. Complementação das informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10.) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 15 deste Edital.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal — Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A disciplina deste item não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. A disciplina deste item não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preço.

13.DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico *pelo meio eletrônico*: www.gov.br/compras.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

14.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecido pela Administração;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2023](#).

14.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculado com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia (caso houver exigência de garantia);

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção de contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do Caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 14.1.8. a 14.1.12., de 20% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 14.1.3, de 20% a 30% do valor do contrato;

(5) Para infrações descritas no item 14.1.2., a multa será de 10% a 20% do valor do contrato;

(6) Para infrações descritas no item 14.1.4. e 12.1.6, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato;

(7) Para infrações descritas no item 14.1.7, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

14.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

14.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6. e 14.1.7. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.6.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, §5º da [Lei 14.133. de 2021](#)).

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 14.1.6.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133. de 2021](#)).

14.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133. de 2021](#).

14.12. As ações são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

14.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133. de 2021](#).

14.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133. de 2021](#).

14.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133. de 2021](#)).

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846. de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133. de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

14.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguintes e-mail: uge.piracicaba@policiacivil.sp.gov.br*.

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

15.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sítio eletrônico na internet: <https://compras.gov.br>, na aba "Quadro Informativo" da licitação em questão*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

15.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 16.2.*

16.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

16.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

16.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

16.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

16.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

16.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

16.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

16.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

16.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **e no sítio eletrônico: <https://www.compras.gov.br/>**.

16.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o for da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.15.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.15.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;

16.11.4. Anexo IV - Modelo(s) de Declaração(s);

16.11.5. Anexo V – Planilha Orçamentária;

16.11.6. Anexo VI – Ordem de Serviço;

16.11.7. Anexo VII - Modelo de Vistoria Prévia;

16.11.8. Anexo VIII – Modelo de Autorização para início dos serviços.

Piracicaba, na data da assinatura digital.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMERICO SIDNEI RISSATO

Autoridade competente

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|---------------------------------|--------------------------|
| 1/2026 | 180131-ESP-DELEG.SECC.POLICIA DE PIRACICABA | ADRIANA CRISTINA ANDRIOTTA SATO | 29/04/2026 09:46 (v 0.4) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 05800134075/2025-58 |

1. Condições gerais da Contratação

1.1. Contratação de serviços remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos em razão de atividade de Polícia Judiciária, com disponibilização de guincho e/ou outros veículos apropriados, para atender as necessidades das unidades policiais, no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, nas cidades de Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| 1 – REMOÇÃO CAPIVARI E REGIÃO (CAPIVARI, ELIAS FAUSTO, MOMBUCA E RAFARD) | | | | | | |
|--|--|--------|-------------------|-----------|----------------|--------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | Remoção de Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | 16160 | unidade | 10 | R\$ 338,85 | R\$ 3.388,50 |
| 2 | Remoção de Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ 464,49 | R\$ 464,49 |

| 3 | Remoção de Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.) | 16160 | unidade | 06 | R\$ 277,46 | R\$ 1.664,76 |
|--|--|--------|-------------------|-----------|----------------|----------------|
| 4 | Remoção Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ 134,83 | R\$ 134,83 |
| VALOR ESTIMADO TOTAL MENSAL | | | | | | R\$ 5.652,58 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES | | | | | | R\$ 169.577,40 |
| GRUPO 2 – REMOÇÃO PIRACICABA E REGIÃO (PIRACICABA, RIOS DAS PEDRAS E SALTINHO) | | | | | | |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | Remoção de Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | 16160 | unidade | 20 | R\$ 338,85 | R\$ 6.777,00 |
| 2 | Remoção de Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ 464,49 | R\$ 464,49 |
| 3 | Remoção de Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.) | 16160 | unidade | 15 | R\$ 277,46 | R\$ 4.161,90 |
| 4 | Remoção Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ 134,83 | R\$ 134,83 |
| VALOR ESTIMADO TOTAL MENSAL | | | | | | R\$ 11.538,22 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES | | | | | | R\$ 346.146,60 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 515.724,00 |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#)

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa Constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de Outubro de 2024](#).

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da autorização para início dos Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

1.3.1. *O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, tendo em vista que os serviços serão acionados pontualmente conforme a necessidade das unidades policiais, sem a necessidade de profissionais envolvidos na remoção dos veículos fiquem inteiramente a disposição da contratante sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000042/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 05/06/2025;

III) Id do item no PCA: 07 e 18;

IV) Classe/Grupo: 859-Outros Serviços de Suporte;

V) Identificador da Futura Contratação: 180131-55/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os possíveis impactos ambientais conforme Estudo Técnico Preliminar.*

Indicação de marcas ou modelos

4.2. *Não se aplica a presente contratação.*

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. *Não se aplica a presente contratação.*

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. *Não se aplica a presente contratação.*

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Vistoria

4.6. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 (nove) horas às 11:00 (onze) horas e das 14:00 (quatorze) horas às 17:00 (dezessete) horas.*

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. *Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.8.1. *A visita deverá ser agendada junto ao Setor de Finanças da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, via e-mail: uge.policiacivil.sp.gov.br, respeitando-se os prazos estipulados neste certame licitatório.*

4.9. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.10. *O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: da data estabelecida para início dos serviços de acordo com a ordem de serviço a ser expedida pela Administração;
- 5.1.2. A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos e outros tracionados apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária para os pátios indicados pela autoridade policial competente, aonde ficarão custodiados até a sua regular liberação.
- 1.1.2.1. Para fins de remoção serão consideradas as seguintes espécies de veículos automotores e outros tracionados:
- a) Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);
- b) Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.);
- c) Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.);
- d) Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.).
- 5.1.2.2 A prestação de serviços de remoção contemplará remoções ordinárias.
- 5.1.2.2.1. Consideram-se ordinárias as remoções dos veículos que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas após a assinatura do contrato e a expedição da respectiva ordem de início dos serviços.
- 5.1.2.3. A remoção ordinária será executada do local em que se encontra o veículo apreendido para o pátio indicado pela autoridade policial competente.
- 5.1.2.3.1. Por determinação da autoridade policial requisitante, o veículo deverá ser primeiramente apresentado à Delegacia de Polícia para a execução dos atos de polícia judiciária que, a seu juízo, se fizerem necessários.
- 5.1.2.3.2. Caso o tempo de permanência previsto seja superior a uma hora, o motorista responsável pela remoção (preposto da contratada), com anuência da autoridade policial, poderá deixar o veículo no pátio da unidade policial, retornando após novo chamado com vistas à remoção ao pátio respectivo.
- 5.1.2.3.3. Neste caso, para efeito de pagamento, os dois trechos serão considerados como uma única remoção.
- 5.1.2.4. Endereço do Pátio contratado pela Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba para onde os veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos pelas Unidades Policiais deverão ser encaminhados:

| GRUPO 1 - PÁTIO CAPIVARI E REGIÃO | | |
|-----------------------------------|--|--|
| NOME DO PÁTIO | ENDEREÇO | UNIDADES POLICIAIS ATENDIDAS |
| MARCOS PEREIRA NUNES ME | Rua Antonio Frederico Ozanan, 1241 – Vila Nova, Capivari – SP, CEP: 13.367-160 | UNIDADES POLICIAIS SUBORDINADAS A DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA NOS MUNICÍPIOS DE CAPIVARI, ELIAS FAUSTO, MOMBUCA E RAFARD. |

| GRUPO 2 - PÁTIO PIRACICABA E REGIÃO | | |
|-------------------------------------|--|--|
| NOME DO PÁTIO | ENDEREÇO | UNIDADES POLICIAIS ATENDIDAS |
| MARCOS PEREIRA NUNES ME | Rua Dona Regina, 480, Esquina com General Rondon – Jardim Paulicéia, Piracicaba – SP, CEP: 13411-068 | UNIDADES POLICIAIS SUBORDINADAS A DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA NOS MUNICÍPIOS DE PIRACICABA, RIO DAS PEDRAS E SALTINHO. |

5.1.2.6. Distância estimada entre as Unidades Policiais vinculadas a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba e o Pátio administrado pela empresa Marcos Pereira Nunes:

| GRUPO 1 - CAPIVARI E REGIÃO | |
|---|--|
| Unidades Policiais | Distância aproximada entre a unidade policial e o pátio contratado |
| Delegacia de Polícia do Município de Capivari | 2 Km |
| Delegacia de Defesa da Mulher de Capivari | 2 Km |
| Delegacia de Polícia do Município de Elias Fausto | 24 Km |
| Delegacia de Polícia do Município de Mombuca | 24 Km |
| Delegacia de Polícia do Município de Rafard | 10 Km |
| GRUPO 2 – PIRACICABA E REGIÃO | |
| Unidades Policiais | Distância aproximada entre a unidade policial e o pátio contratado |
| Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba | 1,7 Km |
| UPJ – Unidade de Polícia Judiciária (2º, 3º, 6º e 7º) | 3,6 Km |
| 1º Distrito Policial de Piracicaba e Plantão Policial | 4,1 Km |
| 4º Distrito Policial de Piracicaba | 6,2 Km |
| 5º Distrito Policial de Piracicaba | 10,6 Km |
| Delegacia de Defesa da Mulher de Piracicaba | 3,6 Km |
| Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC | 2,6 Km |
| Delegacia de Polícia do Município de Saltinho | 12,2 Km |
| Delegacia de Polícia do Município de Rio das Pedras | 15 Km |

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas seguintes unidades policiais:

| GRUPO 1 - CAPIVARI E REGIÃO | | | |
|---|--|------------|-----------------|
| UNIDADES | ENDEREÇO | CEP | TELEFONES |
| Delegacia de Polícia do Município de Capivari | Rua General Osório, 582 – Centro – Capivari/SP | 13.360-000 | (19) 3491-2563 |
| Delegacia de Defesa da Mulher de Capivari | Rua General Osório, 582 – Centro – Capivari/SP | 13.360-000 | (19) 3491-2563 |
| Delegacia de Polícia do Município de Elias Fausto | Avenida Artur Augusto de Moraes, 298 – Elias Fausto/SP | 13.350-000 | (19) 3821-1266 |
| Delegacia de Polícia do Município de Mombuca | Rua Benedito Rodrigues de Abreu, 71 – Centro, Mombuca | 13.375-013 | (19) 3488-1212 |
| Delegacia de Polícia do Município de Rafard | Rua IV Centenário, 560 – Centro, Rafard/SP | 13.370-000 | (19) 3496-1333 |
| GRUPO 2 – PIRACICABA E REGIÃO | | | |
| UNIDADES | ENDEREÇO | CEP | TELEFONES |
| Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba | Av. Trinta e Um de Março, 345, Bairro Higienópolis, Piracicaba /SP | 13.419-320 | (19) 3433-6879 |
| UPJ – Unidade de Polícia Judiciária (2°, 3°, 6° e 7°) | Rua José Pinto de Almeida, 631, Bairro Centro, Piracicaba/SP | 13419-000 | (19) 3411-6118 |
| 1° Distrito Policial de Piracicaba e Plantão Policial | Rua do Vergueiro, 888, Bairro Centro, Piracicaba /SP | 13.400-770 | (19) 3433-2233 |
| 4° Distrito Policial de Piracicaba | Av. Presidente Kennedy, 220, Bairro Nova Piracicaba, Piracicaba /SP | 13.405-011 | (19) 3421-1500 |
| 5° Distrito Policial de Piracicaba | Rua Virgílio da Silva Fagundes, 722, Bairro Santa Terezinha, Piracicaba/SP | 13.419-410 | (19) 3425-1495 |
| Delegacia de Defesa da Mulher de Piracicaba | Rua Alferes José Caetano, 1018, Bairro Centro, Piracicaba/SP | 13.400-120 | (19) 3433-7022 |
| Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC | Rua Dom Pedro I, 2231, Bairro Centro, Piracicaba /SP | 13.417-791 | (19) 3421--6169 |
| Delegacia de Polícia do Município de Saltinho | Av. Sete de Setembro, 1435, Bairro Centro, Saltinho | 13.440-000 | (19) 3439-1411 |
| Delegacia de Polícia do Município de Rio das Pedras | Rua Dr. Moraes Barros, 267, Bairro Centro, Rio das Pedras/SP | 13.390-000 | (19) 3493-2411 |

- 5.2.1. Caso ocorram mudanças de endereços das Unidades Policiais mencionadas na tabela acima, bem como haja acréscimo ou supressão de Unidades nos municípios mencionados e que estejam vinculadas a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba nos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e Deic-Piracicaba, não implicará majoração do valor unitário contratado para a remoção dos tipos de veículos.
- 5.2.2. Também não haverá majoração dos valores contratados caso haja alteração de endereço do Pátio de destino para a guarda e depósito dos veículos apreendidos, contratado pela Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba.
- 5.2.3. A empresa interessada em contratar com a Administração deverá prever em sua proposta os custos com a possível alteração do endereço dos Pátios conforme indicado no item anterior, seja por término de contrato ou por solicitação da atual empresa contratada, a localização de um novo pátio estará situada em um dos municípios abarcados pelo processo Pátio Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, para o grupo 1 e Piracicaba, Rio das Pedras ou Saltinho grupo 2.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.
- 5.4. A contratada deverá disponibilizar linha telefônica exclusiva para atendimento à autoridade policial, bem como endereço eletrônico (e-mail) e outros meios de contato que tornem possível o envio da ordem da remoção e a comunicação dos dados e informações pertinentes ao veículo ou tracionado apreendido.
- 5.5. A remoção do veículo do local em que se encontra apreendido para o pátio correspondente (remoção ordinária) somente poderá ser realizada após comunicação telefônica à contratada, com posterior formalização por meio de mensagem eletrônica (e-mail).
- 5.6. A remoção deverá ser iniciada em até 3 (três) horas contadas da chamada inicial feita por telefone pela autoridade policial competente ou seu agente, em exercício na unidade policial requisitante, devendo tudo ser registrado em formulário próprio.
- 5.6.1. O termo inicial do prazo previsto neste subitem é o horário de conclusão da chamada telefônica, independentemente do envio posterior de mensagem eletrônica (e-mail) com os dados da remoção.
- 5.7. O descumprimento injustificado do prazo de execução da remoção estabelecido no subitem anterior ensejará a aplicação de percentual de desconto que incidirá sobre o valor unitário contratado para a remoção de veículos leves, pesados ou motocicletas, conforme o caso, na proporção seguinte:

| TEMPO PARA INICIAÇÃO DA REMOÇÃO | PERCENTUAL DE DESCONTO |
|---------------------------------|------------------------|
| Até 3 horas | zero |
| De 3 a 6 horas | - 5% |
| De 6 a 9 horas | - 10% |
| Acima de 9 horas | - 15% |

- 5.8. A aplicação do percentual de desconto incidirá em cada remoção, de forma independente, e não afasta a eventual aplicação de sanções administrativas, em especial as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.9. Quaisquer circunstâncias alheias à vontade da contratada que a impeçam de dar cumprimento aos prazos previstos neste Projeto Básico deverão ser reduzidas a termo e apresentadas ao gestor do contrato em até 3 (três) dias corridos para apreciar a justificativa. Caso acolhida, nenhum desconto será realizado.
- 5.10. Toda remoção deverá ser comunicada por e-mail ao fiscal técnico / gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços mediante o envio de cópia do auto de vistoria para remoção.
- 5.10.1. Essa comunicação caberá simultaneamente à contratada e ao policial civil da unidade policial que requisitou a remoção.
- 5.10.2. No primeiro dia útil subsequente ao do mês da prestação de serviços, a contratada emitirá relatório informando a quantidade de remoções realizadas no mês anterior e a encaminhará ao servidor indicado pela contratante para atestar a execução dos serviços juntamente com a nota fiscal correspondente àquele período.

5.10.3. O fiscal técnico / gestor do contrato ou o servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços deverá confrontar a nota fiscal e o relatório enviados pela contratada com os dados informados pelas unidades policiais.

5.10.4. Em havendo divergências, caberá à contratada providenciar a sua correção no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.10.5. Não havendo divergências, o fiscal técnico / gestor do contrato emitirá em até 03 (três) dias úteis o “Atestado de Execução dos Serviços” que deverá ser encaminhado a Seção de Finanças da DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DE PIRACICABA, localizada na Rua Trinta e Um de Março, nº 345, bairro Higienópolis, CEP 13.419-320, na cidade de Piracicaba/SP, juntamente com a nota fiscal e o relatório emitidos pela contratada com vistas à realização do pagamento.

5.11. A contratada obriga-se a disponibilizar guinchos apropriados e compatíveis com as espécies de veículos discriminadas no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente Termo de Referência (veículos leves; veículos pesados; motocicletas, peças e outros), e em quantidade suficiente para garantir que a remoção seja realizada em até 3 (três) horas a partir da sua solicitação pela autoridade policial competente.

5.12. Os veículos empregados na execução do serviço contratado deverão seguir rigorosamente o contido nas normas de trânsito, no tocante às autorizações para circulação e execução das atividades de transporte de carga, previstas especificamente nos seguintes dispositivos:

Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Lei Federal nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007; Resolução ANTT nº 3.056, de 12 de março de 2009; Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018.

5.13. A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos de transporte que serão empregados na execução do serviço, a fim de verificar o cumprimento efetivo das normas previstas no edital e na legislação de regência.

5.14. A contratada deverá disponibilizar aparelho de comunicação portátil do tipo celular ou rádio comunicador digital a todos os motoristas/operadores dos veículos, com vistas a possibilitar a comunicação direta com a unidade policial requisitante e com o responsável pelo pátio em que o veículo ou tracionado apreendido será depositado.

5.15. Toda e qualquer remoção deverá ser feita de modo a preservar as condições em que se encontrava o veículo ou tracionado apreendido, assumindo a contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços.

5.16. A remoção só poderá ser realizada após prévia vistoria que será realizada por policial civil designado pela Autoridade Policial requisitante mediante o preenchimento de formulário próprio e registros fotográficos digitais, que serão registrados no prontuário do veículo apreendido.

15.16.1. O registro fotográfico deverá ser feito em formato digital e será realizado de modo a possibilitar a constatação das suas condições no momento da apreensão, nos seguintes ângulos: visualização frontal, lateral direita, lateral esquerda e traseira, além do registro de imagem digital de seu interior, inclusive, quando possível, com as imagens digitais dos números de chassi e motor, as quais serão anexadas ao respectivo “Auto de Vistoria para Remoção” e inseridas no sistema informatizado e no prontuário do veículo.

5.17. O “Auto de Vistoria para Remoção” descreverá em detalhes as condições do veículo, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número e Denominação da Unidade Policial Civil;
- Data;
- Número de Boletim de Ocorrência/ou Inquérito Policial;
- Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo;
- Características gerais (marca, modelo, chassi, placa, etc);
- Quilometragem;
- Estado geral da lataria;
- Estado geral dos pneus;

- Estado geral dos vidros;
- Estado geral dos bancos;
- Possui rodas;
- Possui estepe;
- Existência de motor e caixa de câmbio. Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo etc);
- Possui aparelhos de som e/ou imagem;
- Possui retrovisores;
- Possui extintor de incêndio;
- Possui faróis e lanternas íntegros.

5.18. O “Auto de Vistoria para Remoção” será assinado pelo policial civil que o lavrou; pelo proprietário, se presente ao ato; e pelo motorista responsável pela remoção, todos devidamente identificados por nome completo e número do RG.

5.19. Cópias do “Auto de Vistoria para Remoção” serão entregues:

- a) ao proprietário do veículo apreendido, seu representante ou legítimo possuidor;
- b) ao motorista responsável pela remoção, preposto da contratada, que assinou o Auto de Vistoria;
- c) à autoridade policial requisitante para juntada ao Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial lavrado em razão da apreensão, juntamente com o Auto de Exibição e Apreensão do Veículo;
- d) ao representante do pátio em que o veículo será recolhido, no momento de sua entrega;

5.20. A remoção do veículo só poderá ser autorizada pela autoridade policial após a elaboração do “Auto de Vistoria para Remoção”.

5.21. Na chegada ao pátio, mas antes do recebimento do veículo para depósito e guarda, o representante do pátio receberá cópia do “Auto de Vistoria para Remoção”, confrontando suas informações com as condições do veículo que lhe for apresentado, repetindo a vistoria, se necessário.

5.21.1. Constatadas eventuais divergências, o representante do pátio deverá informá-las em formulário próprio, providenciando o seu registro fotográfico. Após, deverá entregar cópia ao preposto da contratada responsável pela remoção e, e ao policial civil presente ao ato, que a entregará à autoridade policial requisitante para adoção das providências pertinentes.

5.21.2. Com ou sem a constatação de divergências, o representante do pátio atestará, mediante recibo, que recebeu o veículo e sua via do “Auto de Vistoria para Remoção”, após o que o preposto da contratada poderá retornar ao seu estabelecimento, dando-se por encerrada a remoção.

5.22. A contratada deverá preservar todas as condições exigidas no Termo de Referência ao longo da execução do contrato. Caso contrário, em havendo falhas, será solicitada a imediata correção por parte da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.23. Os valores indicados na proposta da contratada contemplarão todos os custos envolvidos com a execução dos serviços, inclusive seguros, tributos, encargos, mão-de-obra e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

5.24. Todos os fatos decorrentes da execução dos serviços deverão ser comunicados ao fiscal técnico / gestor do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.25. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.25.1 A contratada obriga-se a disponibilizar guinchos apropriados e compatíveis com as espécies de veículos discriminadas no Estudo Técnico Preliminar que compõe este Termo de Referência e em quantidade suficiente para garantir que a remoção seja realizada em até 3 (três) horas a partir da sua solicitação pela autoridade policial competente.

5.25.2. Os veículos empregados na execução do serviço contratado deverão seguir rigorosamente o contido nas normas de trânsito, no tocante às autorizações para circulação e execução das atividades de transporte de carga, previstas especificamente nos seguintes dispositivos:

- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- Lei Federal nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007;
- Resolução ANTT nº 3.056, de 12 de março de 2009;
- Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018.

5.25.3. A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos de transporte que serão empregados na execução do serviço, a fim de verificar o cumprimento efetivo das normas previstas no edital e na legislação de regência.

5.25.4. A contratada deverá disponibilizar aparelho de comunicação portátil do tipo celular ou rádio comunicador digital a todos os motoristas/operadores dos veículos, com vistas a possibilitar a comunicação direta com a unidade policial requisitante e com o responsável pelo pátio em que o veículo ou tracionado apreendido será depositado. Especificação da garantia do serviço

5.26. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.27. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Especificação da garantia do serviço

5.28 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços observará o disposto nesta seção.*

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2 tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Qualidade dos serviços;

7.3.2. Pontualidade dos Serviços;

7.3.3. Execução dos Serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará **a periodicidade mensal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente a setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela controversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.15.1. O prazo de que trata a divisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a Possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação de corrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.30. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida Conjuntamente pela Secretaria da receita Federal do Brasil (RFB) e epla Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGN), referente aos créditos tributáveis federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive Aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital **quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e**, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal este instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. **O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

Qualificação econômico-financeiro

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário Individual ou sociedade empresária;

Qualificação técnica

8.24. **Declaração que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;**

8.24.1. **A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;**

8.25. **Habilitação dos motoristas/guincheiros que irão atuar na realização dos serviços, fornecendo cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), em plena validade e categoria para este fim;**

Outras Comprovações

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Federal](#);
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º - C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º - D da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.26.1. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso esta circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.27. Tratando-se de consórcio:

8.27.1. Apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deva coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa líder do consórcio
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido a alínea “c” desta subdivisão;

8.27.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a Constituição e o reistro do consórcio, nos termos de seu compromisso da constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeiro e de habilitação técnica, quando exigida, será Observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.28. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei 14.133, de 2021](#);

8.28.1. A relação de cooperados que atendem os requisitos técnicos exigidos para a contratação que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, de 21, inciso I e 42, §§ 2º e 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para Cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembléia;

8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembléia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembléia;

8.28.5. Ata de reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 515.724,00 (quinhentos e quinze mil e setecentos e vinte e quatro reais), sendo R\$ 169.577,40 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos) para o grupo 1 (um) região de Capivari e de R\$ 346.146,60 (trezentos e quarenta e seis mil cento e quarenta e seis reais e sessenta centavos) para o grupo 2 (dois) região de Piracicaba. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos Consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 001/180131;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 180205;
- IV) Elemento de Despesa: 33903999.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMERICO SIDNEI RISSATO

Autoridade competente

RICARDO DE ABREU PENTEADO FIORE

Pregoeiro

Estudo Técnico Preliminar 30/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00134075/2025-58

2. Descrição da necessidade

2.1.1. Prestação de serviço contínuo de remoção de veículos automotores e outros tracionados, peças e acessórios, apreendidos em decorrência de atos característicos de Polícia Judiciária no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba do Estado de São Paulo, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, nos termos da Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018, e em atendimento à Resolução SSP 44 de 2011, que estabelece obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, nos casos de inexistência de convênios.

2.1.2. Para fins de remoção serão consideradas as seguintes espécies de veículos automotores e outros tracionados:

- a) Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.);
- b) Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.);
- c) Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.);
- d) Bicicletas e peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.).

2.1.3. Este documento foi confeccionado por meio do Sistema ETP Digital, em observância ao Manual do Sistema ETP Digital, disponível no Portal de Compras do Estado de São Paulo, e em total cumprimento ao Decreto Estadual nº 68.017/2023.

2.2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.2.1. A Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba atende as unidades policiais dos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba, as quais realizam inerentemente atividades de Polícia Judiciária, nos termos do Art. 144, parágrafo 4º, da Constituição Federal.

2.2.2. Decorrente do exercício das competências legalmente constituídas, por vezes se faz necessária a remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, que consiste no transporte de veículos e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária, para os pátios indicados pela autoridade policial competente, onde ficarão custodiados até a sua regular liberação.

2.2.3. A falta de veículos adequados para remover com segurança os itens relacionados com a apreensão que consta do escopo do presente, bem como a falta de pessoal especializado no quadro de efetivo da Polícia Civil, especificamente na região desta Delegacia Seccional de Polícia, somados à inviabilidade em firmar convênio junto a outros entes da Administração Pública, justifica a contratação deste serviço junto à iniciativa privada, por meio de procedimento licitatório.

2.2.4. A contratação de um serviço contínuo de guinchamento garante a regularidade e previsibilidade do transporte dos veículos, assegurando a remoção eficiente e constante ao longo dos 30 meses de contrato, inicialmente previstos. A regularidade nas remoções é fundamental para disponibilidade imediata do serviço, evitando atrasos no andamento nos procedimentos, que, às vezes dependem de perícias. Portanto, a pronta remoção do veículo ao local de destino, no caso, um pátio único de depósito e guarda de veículos, otimiza também a demanda policial.

2.3. DA SITUAÇÃO ATUAL DO CONTRATO

2.3.1. Sob a égide da Lei 8.666/1993, está em curso a execução do contrato de número 002/2023, junto à empresa Estacionamento e Reboque Eireli, CNPJ 29.286.046/0001-09, celebrado em 06 de dezembro de 2023, e com início de execução em 15 de dezembro de 2023, por 30 meses, com o escopo de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados, apreendidos por atos de polícia judiciária das unidades subordinadas a esta Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba dos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard. Entretanto, em 23 de agosto de 2023, a sobredita empresa sofreu ato sancionatório, o qual a impediu de licitar e contratar junto aos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o que torna inexecutável a prorrogação do referido contrato.

Assim, considerando a proximidade da ultimação do contrato em vigência, em 15 de junho de 2026, a contratação de nova empresa é imprescindível e iminente para garantir a manutenção do serviço de remoção de veículos.

2.3.2. Sob a égide da Lei 8.666/1993, está em curso a execução do contrato de número 002/2023, junto à empresa Auto Socorro Tito LTDA, CNPJ 14.059.928/0001-56, celebrado em 16 de julho de 2021, e com início de execução em 20 de julho de 2021, por 30 meses, com o escopo de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados, apreendidos por atos de polícia judiciária das unidades subordinadas a esta Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba dos municípios de Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba. Assim considerando a proximidade da ultimação do contrato em vigência, em 15/07/2026, a contratação de nova empresa é imprescindível e iminente para garantir a manutenção do serviço de remoção de veículos. A empresa Auto Socorro Tito LTDA, já manifestou, através de seu representante Fernando Tito Baldi, que a empresa não tem interesse em uma prorrogação Excepcional, caso tenha essa possibilidade.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|------------------------|
| Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba | Américo Sidnei Rissato |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1.1. Prestação de serviços de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, nos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e DEIC-Piracicaba, com disponibilização de guinchos e outros veículos apropriados.

4.1.2. A contratação pretendida possui padrões de desempenho e qualidade determinados por legislação específica, podendo ser objetivamente definida pelo ato convocatório.

4.1.3. Segundo o Art. 6º, Inciso XIII da Lei 14.133/2021, "Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais de mercado". Já o Inciso XV do mesmo dispositivo dispõe que "Os serviços considerados contínuos são aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas".

4.1.4. A partir das definições acima, declaramos que o serviço pretendido é comum e deve ser prestado de forma contínua, pois permite uma competição baseada unicamente nos preços propostos pelos licitantes, visto que não haverá apreciação de propostas técnicas.

4.1.5. Enquadra-se na definição de “serviços comuns” considerando ser composto de serviços padronizados e definidos inteiramente por meio de especificações claras e objetivas, tanto no que diz respeito à aplicação de mão de obra, como no fornecimento de materiais. Além disso, o objeto segue especificações que são usuais de mercado.

4.1.6. Os serviços propostos deverão ser prestados de forma continuada, pois visam a prestação de um serviço que tem por objetivo atender a necessidade prolongada da Administração Pública em um período predeterminado.

4.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.2.1. Por se tratar de serviço comum, o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

4.2.2. O critério de julgamento de menor preço será adotado vez que o estudo técnico preliminar demonstrou que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, excedendo os requisitos mínimos das especificações exigidas, não são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, para esta contratação.

4.2.3. A economicidade a ser obtida pela Administração poderá ser conseguida, neste caso, pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “MENOR PREÇO”.

4.2.4. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo-benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação aos serviços ofertados pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que cotar o MENOR PREÇO.

4.3. MODO DE DISPUTA

4.3.1. O modo de disputa será a disputa aberta.

4.3.2. Em consonância ao Inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, tratando-se de um pregão cujo o critério de julgamento é "menor preço" para os itens da licitação.

4.3.3. Outrossim, no modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.

4.3.4. O estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lançarem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Desse modo, a escolha da disputa aberta objetiva mitigar riscos na contratação e contribui para uma licitação que alcance prontamente os resultados pretendidos.

4.3.5. Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

4.3.6. Este procedimento de contratação envolve a prestação dos serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra. A execução das atividades não demanda a disposição exclusiva da utilização de mão de obra da contratada, não havendo necessidade, durante a execução contratual, que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante, em suas dependências com obrigatoriedade de subordinação, sendo que o contratado pode compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para a execução de outros contratos.

4.3.7. Conforme Decreto Estadual nº 67.985/2023 que regulamentou o disposto no Art. 20 da Lei Federal nº 14.133 /2021, a contratação os serviços pretendidos não se enquadram na categoria de luxo, sendo necessária para suprir a demanda justificada da entidade contratante, independentemente do valor monetário.

4.3.8. O enquadramento acima exposto, quanto aos serviços pretendidos, seguiu os conceitos emanados na Lei 14.133/2021. Por se tratarem de conceitos claros trazidos pela própria legislação, inexistente necessidade de manifestação específica do Setor Técnico quanto a esta matéria.

4.3.9. Não será admitida em hipótese alguma a subcontratação dos serviços contratados.

4.4. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

4.4.1. A remoção, usualmente chamada de guinchamento ou reboque, consiste no transporte de veículos, peças e outros tracionados, apreendidos em decorrência da prática de atos de polícia judiciária, do local da apreensão até o pátio contratado por esta Delegacia Seccional de Polícia.

4.4.2. Atualmente o pátio de destino das remoções está situado na Rua Antônio Frederico Ozanan , nº 1241, Vila Nova - Capivari /SP - CEP 13.367- 160 , sob responsabilidade da empresa Marcos Pereira Nunes LTDA para Capivari e região e na Rua Dona Regina, nº 480, Esquina com General Rondon, Jardim Paulicéia, Piracicaba/SP - CEP: 13424-165, sobre a reponsabilidade da empresa Marcos Pereira Nunes LTDA, para Piracicaba e região.

4.4.2.1. Considerando a possibilidade de mudança do endereço do atual pátio de depósito e guarda dos veículos apreendidos, seja por término de contrato, ou por solicitação da atual empresa contratada, a localização de um novo pátio estará situada em um dos municípios abarcados pelo processo licitatório Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras e Saltinho.

4.4.3. As remoções deverão atender de forma contínua, ou seja, 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive feriados.

4.4.2. As remoções serão feitas por preço unitário, ou seja, por veículo removido, sendo o preço cobrado por categoria de veículo removido, em conformidade com a "quantidade estimada de remoções" elencadas no termo de referência e edital, segundo a classificação:

- Veículos Leves: automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.;
- Veículos Pesados: ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, trator de rodas, trator misto, chassi plataforma, motor casa, reboque ou semirreboque e suas combinações;
- Motocicletas: ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo;
- Bicletas e peças: bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, quadro de motocicleta e etc.

4.4.3. Os tipos de veículos foram especificados conforme características e peculiaridades de cada seguimento, tendo em vista que cada tipo de veículo demanda serviços e ações diferenciadas quanto ao acionamento para sua remoção, método de transporte, tempo de atendimento, metodologia de remoção, forma de eventual condução, prática de mercado, acondicionamento e espaço físico demandado no pátio. Por isso, e para atender a prática da segmentação e apropriação de custos, comum no mercado, foram definidos estes tipos de veículos.

4.4.4. A prestação de serviços de remoção contemplará somente remoções ordinárias.

4.4.4.1. Consideram-se ordinárias as remoções dos veículos que vierem a ser objeto de apreensões efetivadas após a assinatura do contrato e a expedição da respectiva ordem de início dos serviços.

4.4.4.2. A remoção ordinária será executada do local em que se encontrar o veículo apreendido para o pátio acima descrito no item 4.4.1. apresentado à Delegacia de Polícia para a execução dos atos de polícia judiciária que, a seu juízo, se fizerem necessários.

4.4.4.3. Por determinação da autoridade policial requisitante, o veículo deverá ser primeiramente apresentado à Delegacia de Polícia para a execução dos atos de polícia judiciária que, a seu juízo, se fizerem necessários.

4.4.4.4. Caso o tempo de permanência previsto seja superior a uma hora, o motorista responsável pela remoção (preposto da contratada), com anuência da autoridade policial, poderá deixar o veículo no pátio da unidade policial, retornando após novo chamado com vistas à remoção ao pátio respectivo.

4.4.4.5. Neste caso, para efeito de pagamento, os dois trechos serão considerados como uma única remoção.

4.4.5 O processo de remoção será feito de forma a preservar as condições em que se encontrava o objeto do transporte, assumindo a contratada toda a responsabilidade por eventuais danos que comprovadamente vierem a ser causados durante a execução dos serviços, sendo prevista a utilização de veículo guincho apropriado para o determinado fim, para a remoção de veículos trancados, queimados e/ou sem rodas, bem como, se necessário, o acionamento de chaveiro na impossibilidade de remoção de veículos trancados, cujo câmbio pode ser danificado na ausência deste. Fica prevista também, a utilização de guinchos com cabos de aço para remover veículos precipitados em ribanceiras em até 200m (duzentos metros), bem como em cursos d'água, lago, represas e afins.

4.4.6 A remoção só poderá ser realizada após prévia vistoria, que será realizada por policial civil designado pela autoridade policial requisitante mediante o preenchimento de formulário próprio e registros fotográficos digitais, que serão registrados no prontuário do veículo apreendido, as quais serão anexadas ao respectivo "Auto de Vistoria para Remoção".

4.4.6.1 O "Auto de Vistoria para Remoção" descreverá em detalhes as condições do veículo,

contendo, no mínimo:

- . Número e Denominação da Unidade Policial
- . Data
- . Número do Boletim de Ocorrência e/ou Inquérito Policial
- . Nome e localização do pátio para onde será removido e guardado o veículo
- . Características gerais (marca, modelo, chassi, placa etc.)
- . Quilometragem
- . Estado geral da lataria
- . Estado geral dos pneus

- . Estado geral dos vidros
- . Estado geral dos bancos
- . Possui rodas
- . Possui estepe
- . Existência de motor e caixa de câmbio
- . Possui equipamentos obrigatórios (chave de rodas/triângulo etc.)
- . Possui aparelho de som e/ou imagem
- . Possui retrovisores
- . Possui extintor de incêndio
- . Possui faróis e lanternas íntegros.

4.4.6.2 O "Auto de Vistoria para Remoção" deverá conter a identificação (nome completo e RG) e ser assinado:

- . Pelo policial civil que o lavrou
- . Pelo proprietário, se presente ao ato
- . Pelo motorista responsável pela remoção

4.4.6.3 Na chegada ao pátio, mas antes do recebimento do veículo para depósito e guarda, o representante do pátio receberá cópia do “Auto de Vistoria para Remoção”, confrontando suas informações com as condições do veículo que lhe for apresentado, repetindo a vistoria, se necessário.

4.5. ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.5.1. A presente contratação restringe-se aos veículos e outros tracionados apreendidos pelas unidades policiais subordinadas à Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba nos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras e DEIC-Piracicaba, as quais se encontram relacionadas na tabela abaixo:

| MUNICÍPIO | UNIDADE POLICIAL | ENDEREÇO |
|--------------|---|--|
| CAPIVARI | Delegacia de Polícia do Município de Capivari | Rua General Osório, 582 - Centro, Capivari - SP |
| CAPIVARI | Delegacia de Defesa da Mulher de Capivari | Rua General Osório, 582 - Centro, Capivari - SP |
| ELIAS FAUSTO | Delegacia de Polícia do Município de Elias Fausto | Av. Artur Augusto de Moraes, 298 - Elias Fausto - SP |
| MOMBUCA | Delegacia de Polícia do Município de Mombuca | R. Benedito Rodrigues de Abreu, 71 - Centro, Mombuca - SP |
| RAFARD | Delegacia de Polícia do Município de Rafard | Rua IV Centenário, 560 - Centro, Rafard - SP |
| PIRACICABA | Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba | Av. Trinta e Um de Março, 345 - Bairro Higienópolis, Piracicaba - SP |
| PIRACICABA | UPJ – Unidade de Polícia | Rua José Pinto de Almeida, |

| | | |
|-----------------------|---|---|
| | Judiciária (2°, 3°, 6°, 7°) | 631 - Bairro Centro, Piracicaba/SP |
| PIRACICABA | 1° DP e Plantão Policial | Rua do Vergueiro, 888 – Bairro Centro, Piracicaba/SP |
| PIRACICABA | 4° DP Piracicaba | Av. Presidente Kennedy, 220 - Nova Piracicaba, Piracicaba/SP |
| PIRACICABA | 5° DP Piracicaba | Rua Virgílio da Silva Fagundes, 722 - Bairro Santa Terezinha, Piracicaba/SP |
| PIRACICABA | Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC | Rua Dom Pedro I, 2231 - Nova América, Piracicaba/SP |
| RIO DAS PEDRAS | Delegacia de Polícia do Município de Rio das Pedras | Rua Dr. Moraes Barros, 267 - Centro, Rio das Pedras/SP |
| SALTINHO | Delegacia de Polícia do Município de Saltinho | Av. Sete de Setembro, 1435 - Centro, Saltinho/SP |

4.6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.6.1. Tendo em vista a peculiaridade, a complexidade e a natureza dos serviços e dos investimentos que deverão ser realizados pela contratada, o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, após início da execução dos serviços, prorrogável por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, em conformidade com o previsto na legislação vigente.

4.6.2. O prazo de 30 (trinta) meses de vigência mostra-se adequado e razoável, visto que, a se adotar a contratação com vigência por prazo exíguo, como 12 (doze) meses, 15 (quinze) meses ou 18 (dezoito) meses, os custos administrativos (nova licitação/nova contratação) para a Administração, torna a vigência reduzida desvantajosa, comprometendo as atividades praticadas dessa unidade de despesa.

4.6.3. Portanto, a vigência de 30 (trinta) meses gera maior estabilidade na relação contratual proporcionando maior interesse da Administração Pública, e, inclusive, redução do quantitativo de aditivos do contrato, minimizando as despesas processuais administrativas inerentes.

4.6.4. Por todo o exposto, a previsão de 30 (trinta) meses de vigência busca sanar e amenizar efeitos negativos de contratações com prazos inferiores, de forma a proporcionar uma maior dispersão dos custos demandados para a adequação da empresa para atendimento às previsões contratuais.

4.6.5. Um prazo maior gera, naturalmente, um maior interesse e confiança para o Contratado, tendo maior certeza e tempo para o retorno financeiro de sua atividade. Por isso, esta vigência será a adotada, por ser a mais vantajosa à esta Delegacia Seccional de Polícia e Contratado.

4.7. DO PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

4.7.1. O início da prestação dos serviços ocorrerá desde que emitida a respectiva Ordem de Início de Execução dos Serviços, no prazo máximo de 15 dias da assinatura do contrato.

4.7.2. A emissão da Ordem de Início de Execução dos Serviços está condicionada à comprovação, pela CONTRATADA, do atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência, incluindo todas as licenças, autorizações e alvarás necessários para a realização da atividade, que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a garantia, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

4.7.3. Somente após verificado o atendimento das exigências fixadas no Termo de Referência é que será expedida a Ordem de Início de Execução dos Serviços pelo CONTRATANTE.

4.7.4. A Ordem de Serviço somente será emitida uma vez atendidas todas as previsões do Edital e Termo de Referência, a ser confeccionado pela Seccional.

4.8. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA MELHOR PROPOSTA

4.8.1. A elaboração da planilha de preços deve ser realizada de acordo com o modelo estabelecido pela Contratante.

4.8.1.1. A planilha deverá ser integralmente preenchida.

4.8.2. A aceitabilidade dos preços será aferida com base na média dos orçamentos recebidos, referentes à prestação de serviço de depósito e guarda de veículos.

4.8.3. A análise da(s) proposta(s) visará o atendimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e será (ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s):

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados;
- b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) Apresentadas por licitante impedida de participar em razão de qualquer impedimento legal;
- d) Com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
- e) Cujo valor total seja considerado inexequível com base na pesquisa de preços e nos critérios objetivos do poder licitante para realização adequada e satisfatória das atividades previstas no certame, que constarão do respectivo edital.
- f) Formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

4.8.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4.8.5. A escolha da melhor proposta será decorrente da menor soma total da prestação dos serviços, desde que atendidas todas as condições do Termo de Referência.

4.8.6. O valor contratado para os serviços contemplará todos os custos referentes aos equipamentos auxiliares e mão de obra para a operação dos serviços, inclusive seguro, tributos, encargos, taxa, locação de veículos, se houver, funcionários e demais custos inerentes ao atendimento do objeto contratado.

4.9. DO DOCUMENTO FISCAL A SER EMITIDO PELA PRESTADORA

4.9.1. Constitui-se obrigação inarredável e intransferível da contratada, expedir documento fiscal correspondente ao (s) serviço(s) prestado(s), recolhendo os respectivos tributos, referente ao pagamento do serviço ora contratado e dentro dos parâmetros definidos neste Estudo, Termo de Referência, Edital, Minuta Contratual, na proposta e legislação vigente.

4.10. DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.10.1. Toda remoção deverá ser comunicada por e-mail ao gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços mediante o envio de cópia do auto de vistoria para remoção.

4.10.2. Essa comunicação caberá simultaneamente à contratada e ao policial civil da unidade policial que requisitou a remoção.

4.10.3. Ao fim de cada período de trinta (30) dias da prestação dos serviços, a Contratada encaminhará ao gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado, no primeiro dia útil subsequente, relatório de execução dos serviços correspondente ao período, juntamente com a nota fiscal respectiva.

4.10.4. O gestor do contrato ou o servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços deverá confrontar a nota fiscal e o relatório enviados pela contratada com os dados informados pelas unidades policiais.

4.10.4.1. Em havendo divergências, caberá à Contratada providenciar a sua correção no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.10.4.2. Não havendo divergências, o gestor do contrato emitirá em até 03 (três) dias úteis o “Atestado de Execução dos Serviços” que deverá ser encaminhado ao Setor de Finanças juntamente com a nota fiscal e o relatório, emitidos pela contratada, com vistas à realização do pagamento.

4.11. DAS ATIVIDADES COMPATÍVEIS E INCOMPATÍVEIS COM O OBJETO

4.11.1. Algumas atividades já foram e ainda são consideradas totalmente incompatíveis com o objeto licitado.

4.11.2. As atividades incompatíveis são, assim, devido à sua natureza e forma de execução, sendo comumente utilizadas em desvios de peças e equipamentos veiculares. Além disso, abrem caminho propício a ilícitos como: furto de peças, lavagem de dinheiro, legalização de acessórios furtados e até veículos roubados, etc.

4.11.3. Essas atividades, incompatíveis, em nada dizem respeito à atividade de Remoção de Veículos, sendo totalmente

independentes e dissociadas desta.

4.11.4. Por isso, primando pelo princípio da precaução, da vigilância e para proporcionar maior facilidade, segurança e transparência aos Contratantes e Contratada, são atividades consideradas INCOMPATÍVEIS com a atividade de remoção de veículos, basicamente:

a) As atividades relativas ao recondicionamento ou comércio de veículos, peças e acessórios automotivos (novos ou usados); b) Da mesma forma, será inabilitado o licitante que possuir parte societária ou sócio em comum com empresas que exerçam essas atividades, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais sanções cabíveis, cujo ramo de atividade seja recondicionamento ou comércio de veículos, peças e acessórios automotivos (novos ou usados).

4.11.5. Para verificação e aferição, no transcurso da sessão do Pregão, serão consultados os dados constantes do CNPJ da Empresa Licitante, até então vencedora, e do Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) e o Contrato Social de Empresa.

4.11.6. Ou seja, caso seja identificada CNAE e/ou Atividade considerada incompatível, será, também, verificado o Contrato Social da licitante da proposta vencedora até então.

4.11.7. Desta forma, haverá expressa previsão de que:

4.11.7.1. Será inabilitado a proposta do licitante que possuir como ramo de atividade, cadastrado em seu CNPJ ou em seu cadastro do SICAF (atividade principal ou secundária) qualquer uma destas atividades classificadas como incompatíveis, fato confirmado também em seu Contrato Social.

5. Levantamento de Mercado

5.1. DOS ATOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

5.1.1. Por óbvio, além da legislação pertinente ao Trabalho (Consolidação da Leis Trabalhistas - CLT) e a Licitações (Lei nº 14.133/2021), outros atos normativos foram pesquisados e são de suma importância, na delimitação, considerações e análises aqui feitas:

- . Resolução CONTRAN nº 735/2018 (Requisitos de segurança para circulação de CTV e CTVP);
- . Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB);
- . Lei Federal nº 11.442/2007 (Transporte rodoviário de cargas);
- . Resolução ANTT nº 3.056/2009 (Exercício de atividade remunerada de transporte rodoviário de cargas);
- . Lei Federal nº 14.333/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

5.2. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.2.1. O mercado de terceirização de mão de obra é amplo e diversificado. Existe toda uma gama de empresas, objetos e atividades passíveis de contratação por parte da Administração.

5.2.2. Contudo, embora haja várias empresas para prestarem serviços de remoção de veículos apreendidos, os contratantes são poucos, formando um grupo seleto composto basicamente de algumas poucas unidades de despesas na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

5.2.3. Consequentemente, o levantamento feito para subsidiar o presente estudo é formado por um arcabouço de informações vinculadas às principais demandantes de serviços (terceirização) de remoção de veículos.

5.2.4. Ainda, foi aventada a possibilidade de firmar convênio com as prefeituras de Capivari, Elias Fausto, Mombuca e Rafard. No entanto, após consulta às referidas prefeituras, nenhuma manifestou interesse em celebração de convênio.

5.2.5. Foram pesquisadas soluções dadas por outras unidades de despesas da Polícia Civil para remoção de veículos apreendidos, tendo todas as pesquisas encontrado como solução viável a contratação de empresa para prestação do referido serviço.

5.2.6. Vale lembrar que se soma ao presente cenário de necessidade de contratação terceirizada dos serviços elencados, por parte desta Delegacia Seccional de Polícia:

- a) O fato de não dispor de servidores para desempenhar as atividades dos profissionais requeridos;
- b) A falta de servidores, próprios do órgão, em seu quadro atual;
- c) A grande demanda das atividades solicitadas;
- d) E a não ocorrência de penalidades graves na execução dos contratos anteriores, para serviços de mesma natureza.

5.2.7. Após toda a análise das fontes de pesquisa e considerando, as necessidades explanadas e as considerações e ponderações feitas aqui neste estudo, a solução escolhida como a mais adequada para o atendimento desta Seccional e dos seus objetivos institucionais e estratégicos foi a contratação de empresa especializada nos serviços de Guarda e Depósito de Veículos, com mão de obra sem dedicação exclusiva, de forma continuada, para remoção dos veículos apreendidos em suas unidades policiais subordinadas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DO OBJETO

6.1.1. Conforme explicitado anteriormente, o objeto pretendido a ser licitado será a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guincho, compreendendo as atividades de remoção de veículos apreendidos em decorrência de atividades de polícia judiciária para um pátio contratado responsável pela guarda e depósito destes veículos, devendo zelar pela adequada cautela do bem até sua destinação final.

6.2. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO:

6.2.1. Os serviços têm, em essência, as seguintes características:

6.2.1.1. NATUREZA CONTINUADA, pois visam à prestação de um serviço que tem por objetivo atender a necessidade prolongada da Administração Pública em um período predeterminado.

6.2.1.2. SEM MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, não gera exclusividade da mão de obra na prestação dos serviços, ou seja, não demanda a disposição e utilização de toda a mão de obra da Contratada, o tempo todo, para desempenho do serviço de remoção de veículos para a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba;

6.2.1.3. NÃO EXCLUSIVO, tendo em vista que a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba não requer exclusividade na prestação dos serviços;

6.2.1.4. Pode a Contratada prestar os mesmos serviços a outras unidades de despesas, empresas ou particulares durante a vigência do contrato, conforme seu interesse, desde que se mantenha disponível à plena execução contratual junto a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba.

6.3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

6.3.1. Em resumo, a solução mais adequada para atendimento à demanda de remoção de veículos para a Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba dos municípios de Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Rafard, Piracicaba, Rio das Pedras e Saltinho, exercendo atividades típicas de Profissional capacitado de acordo com as especificidades dos serviços pretendidos, é a sua contratação de forma continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de Empresa especializada para tal, nos moldes desse estudo.

6.3.2. Isto deverá ser feito através de Pregão Eletrônico, conforme prática do órgão e da Administração, onde a proposta vencedora será aquela de menor valor por item, desde que atendidos os limites dos valores máximos admissíveis para o serviço, de forma a onerar o menos possível o erário público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi baseada no número de acionamentos nos últimos 22 meses, resultando nas estimativas mensais descritas na tabela abaixo:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE ESTIMADA DE REMOÇÕES POR MÊS | QUANTIDADE ESTIMADA DE REMOÇÕES POR 30 MESES |
|------|---------------------------------------|---|--|
| 01 | Remoção - veículos leves (automóveis, | 10 | 300 |

| | | | |
|----|--|----|-----|
| | utilitários, caminhonetes. camionetas etc.) | | |
| 02 | Remoção - veículos pesados (ônibus, microônibus, caminhões, trator, reboques etc.) | 01 | 30 |
| 03 | Remoção - motocicletas | 06 | 180 |
| 04 | Remoção - bicicletas e peças (motores, caixas de câmbio, etc.) | 01 | 30 |

7.2 As quantidades descritas na tabela do item acima é meramente estimativa, não representando compromisso de consumo por parte do Contratante. O pagamento ocorrerá por demanda, ou seja, pelas remoções efetivamente realizadas durante o período, servindo os quantitativos aqui expostos apenas como base para formulação das propostas das empresas interessadas.

8.Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 515.724,00

VALORES PARA CAPIVARI, ELIAS FAUSTO, MOMBUCA E RAFARD

8.1 O valor estimado para 30 (trinta) meses é de R\$ 169.577,40 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos), com base nos quantitativos descritos no item 7 deste ETP e dos valores obtidos em cotação de preço anexa a este documento, correspondendo a uma despesa mensal média de R\$ 5.652,58, (cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

VALORES PARA PIRACICABA, RIO DAS PEDRAS E SALTINHO

8.2. O valor estimado para 30 (trinta) meses é de R\$ 346.146,60 (trezentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta centavos), com base nos quantitativos descritos no item 7 deste ETP e dos valores obtidos em cotação de preço anexa a este documento, correspondendo a uma despesa mensal média de R\$ 11.538,22, (onze mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1.1 O procedimento licitatório se dará por meio de agrupamento de itens em um único grupo. O conjunto dos diversos tipos de serviços similares em um único grupo, sendo este grupo formado por seus itens de serviços de remoção por tipo de veículo (I - veículos leves; II - veículos pesados; III - motocicletas; IV - Bicicletas e peças), é imprescindível em razão da própria natureza dos serviços.

9.1.2 Em resumo, será licitado em grupo único (LOTE ÚNICO) dos serviços de remoção de veículos, contendo 4 (quatro) itens (remoção por tipo de veículo), que ficarão a cargo de um único prestador todo o objeto licitado.

9.1.3 Essa solução foi adotada pois, do contrário, haveria uma multiplicidade de prestadores de serviço, e inevitavelmente haveria uma multiplicidade de contratos, impactando negativamente na contratação, gestão e fiscalização dos contratos e liquidação dos pagamentos, além de se tornar potencialmente pouco atrativo e desvantajoso para as empresas, caso o licitante vença em apenas um dos itens.

9.1.3.1 Num cenário hipotético, no qual haveria a contratação de uma empresa para remover somente motocicletas, outra para veículos pesados, tornaria o serviço demasiadamente fragmentado, comprometendo a gestão e fiscalização por parte da Administração e a viabilidade econômica da prestação do serviço.

9.1.3.2 Adicionalmente, acarretaria inviabilidade econômica da atividade, considerando haver baixa demanda de remoção de determinado tipo de veículo, a exemplo dos veículos pesados, potencialmente resultando em itens desertos naqueles serviços de menor demanda.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes à contratação pretendida em andamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- . ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000042/2026;
- . Data de publicação no PNCP: 05/06/2025;
- . Id do item no PCA: 07 e 18;
- . Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;
- . Identificador da Futura Contratação: 180131-57/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1.1. DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA:

2.1.1.1 Sabendo-se que inexistem nos quadros da Polícia Civil funcionário que desempenhe tais funções, de remoção de veículos apreendidos, e também não dispor de equipamentos próprios para executar tais atividades, busca-se através dessa contratação um melhor atendimento das demandas dos serviços através de colaboradores capacitados para tal atividade, alcançando-se os princípios de economicidade e eficiência.

2.1.1.2 Com a continuidade desta contratação, os serviços de remoção de veículos apreendidos não serão interrompidos, evitando transtornos à Administração e potencializando os resultados da atividade-fim do órgão.

2.1.1.3. Portanto, terceirizando os serviços mencionados, haverá economia por parte do órgão, que:

- a) não precisará adquirir eventuais recursos materiais para o desempenho das atividades de remoção, como exemplo, de guinchos hidráulicos, elevadores automotivos, ferramentas etc.;
- b) não precisará arcar com os custos de treinamento de pessoal;
- c) maior transparência na execução e cobrança dos veículos.

12.1.1.4. Para fins de aferição da adequação e correção dos serviços será efetuada uma Avaliação de Desempenho. Assim, deverão ser observados os vários indicadores definidos na "Avaliação de Execução de Serviços", que constará como anexo ao Termo de Referência.

2.1.1.4.1 O resultado insatisfatório e reiterado das Avaliações de Desempenho poderá acarretar a própria rescisão contratual de forma antecipada e aplicação de sanções conforme Edital.

2.1.2 DO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

12.1.2.1 Alguns dos resultados esperados, em relação a recursos humanos, são:

- a) Adequação do quadro de servidores do órgão às suas atividades precípuas, nas atividades investigativas inerentes à Polícia Judiciária;
- b) Não desvio de funções de servidores para atividade de remoção de veículos, potencializando os resultados da atividade-fim desta Delegacia Seccional de Polícia;
- c) Melhor atendimento das demandas de serviços através de colaboradores capacitados para tal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1.1 A Contratante designará servidores para acompanhar as demandas relacionadas aos serviços prestados pela futura contratada, como consultas, reclamações, fiscalização e apoio.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A futura contratada deverá respeitar as normas de proteção ambiental quanto ao objeto da licitação, especialmente no tocante a Lei Federal nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução CONAMA 362/2005 (dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado) e Resolução CONAMA 416/2009 (dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências), dentre outros.

14.2. Assim, as ações que cabem à Contratada, no tocante à proteção ambiental compreende:

- . prever que todos os veículos da contratada deverão, ao fazer a troca de bateria elétrica, deixá-la no revendedor autorizado, de forma a dar correta destinação ao descarte;
- . certificar que as estopas e outros materiais contaminados com óleo lubrificante devem ser armazenados em tambores tampados e dispostos em locais apropriados;
- . certificar que as trocas de óleos e filtros de óleo dos veículos da contratada serão realizadas em prestadora de serviço dotadas de instalações adequadas para esse fim;
- . certificar que todo óleo lubrificante usado ou contaminado deve ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente;
- . certificar que as trocas de pneus dos veículos da contratada deverão ser realizadas em locais responsáveis pelo descarte e/ou reciclagem;
- . uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- . adote medidas para evitar o desperdício de água tratada; forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução de serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base nos argumentos deste Estudo Técnico Preliminar

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMERICO SIDNEI RISSATO

Autoridade competente

RICARDO DE ABREU PENTEADO FIORE

Pregoeiro

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEINTER 9 – PIRACICABA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA

(Processo Administrativo nº 058.00134075/2025-58)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00/2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA E

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica] ..., por intermédio da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, com sede naAvenida trinta e Um de Março, nº 345, Bairro Higienópolis, na cidade de Piracicaba/Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.236.548/0045-07, neste ato representada pelo Senhor Doutor Delegado Seccional Américo Sidnei Rissato, nomeado pela Portaria DGP nº 2337-P, de 11 de julho de 2018, publicada no DOE de 12 de julho de 2018, inscrito no CPF sob o nº 849.220.018-91, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços a contratação de serviços de remoção de veículos automotores, peças e outros tracionados apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba, com disponibilização de guinchos e/ou outros veículos apropriados, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1 | Remoção de Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | 16160 | unidade | 10 | R\$ | R\$ |

| | | | | | | |
|---|--|-------|---------|----|------------|-----|
| 2 | Remoção de Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ | R\$ |
| 3 | Remoção de Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.) | 16160 | unidade | 06 | R\$ | R\$ |
| 4 | Remoção Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | 16160 | unidade | 01 | R\$ | R\$ |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO 30 MESES | | | | | R\$ | |
| VALOR MENSAL ESTIMADO | | | | | R\$ | |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço único**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da autorização para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.*

2.1.2. *Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:*

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.1.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.*

2.1.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*

2.1.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.1.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. *Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 21/05/2026. (DD/MM/AAAA).*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

- 7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*
- 7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*
- 7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*
- 7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).
- 9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD\)](#), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;*

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia (caso houver exigência de garantia);*

a. *O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*

(3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei](#) ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.
- 13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

- 14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 0001/180131;*
- II. Fonte de Recursos: 150010001;*
- III. Programa de Trabalho: 180205;*
- IV. Elemento de Despesa: 33903999;*

- 14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

- 15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Piracicaba, XX de XXX de 2026. **OU** Piracicaba, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão nº XX/XXXX

Processo Sei nº: 058.00134075/2025-58

| GRUPO XX - REMOÇÃO DE VEÍCULOS XXXXXX E REGIÃO | | | | |
|--|---|----------------------------|---|--------------------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | QUANTIDADE ESTIMADA DE REMOÇÕES/MÊS | TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$) |
| 1 | Remoção – veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | R\$ | 10 | R\$ |
| 2 | Remoção – Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | R\$ | 01 | R\$ |
| 3 | Remoção - Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo e quadriciclo, etc.) | R\$ | 06 | R\$ |
| 4 | Remoção - Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | R\$ | 01 | R\$ |
| TOTAL MENSAL (R\$): | | | | R\$ |
| VIGÊNCIA CONTRATUAL: | | | | 30 MESES |
| PRORROGÁVEL POR ATÉ: | | | | 120 MESES |
| VALOR TOTAL 30 MESES: | | | | |

A validade da proposta é 60 (sessenta) dias e a data de sua apresentação será considerada a data de referência dos preços.

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/2026, Processo SEI nº 058.00134075/2025-58, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Representante e cargo:

Endereço e Telefone:

Conta Bancária (Banco do Brasil – agência – c/c):

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO V.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(em papel timbrado do licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.5

**DECLARAÇÃO SUBSCRITA POR REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE, COMPROMETENDO-SE
A APRESENTAR, POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO,
ALVARÁ / LICENÇA / AUTORIZAÇÃO**
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____,
na condição de representante legal de _____ (nome empresarial
ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____,
Processo nº ____/____, DECLARO, sob penas da Lei, que me comprometo a apresentar,
por ocasião da celebração do contrato, alvará, licença ou autorização necessária para a
execução dos serviços objeto da contratação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE ORÇAMENTO

OBJETO: Contratação de Serviço Especializado de Remoção de Veículos Automotores Guincho.

ITENS BEC: 186775 (Leves);
186783 (Pesados);
186791 (Motocicletas);
142573 (Bicicletas e Peças).

ITEM COMPRAS: 16160

| GRUPO 1 – REMOÇÃO DE VEÍCULOS CAPIVARI E REGIÃO | | | | |
|---|--|-----|----------------------------|-----------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL | VALOR MENSAL ESTIMADO |
| 01 | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | 10 | R\$ 338,85 | R\$ 3.388,50 |
| 02 | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | 01 | R\$ 464,49 | R\$ 464,49 |
| 03 | Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, e quadriciclo, etc.) | 06 | R\$ 277,46 | R\$ 1.664,76 |
| 04 | Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | 01 | R\$ 134,83 | R\$ 134,83 |
| VALOR MENSAL ESTIMADO | | | | R\$ 5.652,58 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES | | | | R\$ 169.577,40 |

| GRUPO 2 – REMOÇÃO DE VEÍCULOS PIRACICABA E REGIÃO | | | | |
|---|--|-----|----------------------------|-----------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL | VALOR MENSAL ESTIMADO |
| 01 | Veículos leves (automóveis, utilitários, caminhonetes, camionetas, etc.) | 20 | R\$ 338,85 | R\$ 6.777,00 |
| 02 | Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões, trator, reboque, etc.) | 01 | R\$ 464,49 | R\$ 464,49 |
| 03 | Motocicletas (motocicletas, ciclomotor, motoneta, triciclo, e quadriciclo, etc.) | 15 | R\$ 277,46 | R\$ 4.161,90 |
| 04 | Bicicletas e Peças (bicicletas, peças, motores, caixas de câmbio, etc.) | 01 | R\$ 134,83 | R\$ 134,83 |
| VALOR MENSAL ESTIMADO | | | | R\$ 11.538,22 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO 30 MESES | | | | R\$ 346.146,00 |

ANEXO VII
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO N°

DA: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAPIVARI

PARA:

DADOS DO VEÍCULO A SER REMOVIDO (CONFORME AUTO DE VISTORIA)

PLACA (S):

MARCA/MODELO:

RESPONSÁVEL PELO AUTO DA VISTORIA:

HORA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO:

(e-mail: Tel:)

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:

HORA DA CHEGADA DO GUINCHO:

DATA:

RESPONSÁVEL PELA REMOÇÃO ATÉ O PÁTIO: _____

(Assinatura)

NOME:

R.G. N°:

AUTORIZADO

DELEGADO DE POLÍCIA

ANEXO VIII

MODELO DE AUTO DE VISTORIA PARA GUINCHAMENTO E ENTRADA DE VEÍCULO NO PÁTIO

| | | | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CHECK LIST DO VEÍCULO | | | | | | |
| DATA DA ENTRADA: | DELEGACIA | PLACA DO VEÍCULO: | NÚMERO B.O./IP | | KM VEÍCULO | |
| TIPO DE VEÍCULO: | | | EMPRESA REPONSÁVEL P/ REMOÇÃO | | | |
| MARCA DO VEÍCULO: | NOME DO VEÍCULO: | | ANO DE FABRICAÇÃO: | | ANO/MODELO: | |
| NOME DO CONDUTOR DO GUINCHO: | | | Nº RG: | | | |
| LEGENDA: | | | | | | |
| N/A – NÃO SE APLICA | C - CONFORME | CR – CONFORME COM RESTRIÇÕES | | | | A - AVARIAS |
| ITENS A SEREM INSPECIONADOS | C | CR | A | N/A | OBSERVAÇÕES | |
| Veículo andando quando acionada a ignição | | | | | | |
| Estado Geral da Lataria | | | | | | |
| Estado Geral dos Vidros | | | | | | |
| Estado Geral dos Bancos | | | | | | |
| Estado Geral dos Pneus | | | | | | |
| Possui Estepe | | | | | | |
| Possui Rodas | | | | | | |
| Existência de Motor e Caixa de Câmbio | | | | | | |
| Possui Equipamentos Obrigatórios | | | | | | |
| Aparelhos de Som e/ou Imagem | | | | | | |
| Possui Retrovisores | | | | | | |
| Possui Extintor de Incêndio | | | | | | |
| Faróis e Lanternas Íntegros | | | | | | |
| Observações: | Observações: | | | | | |
| Divergência de Vistoria Remoção/Pátio: | Observações: | | | | | |
| Nome do Responsável pela Vistoria na Remoção: | Assinatura e nº RG: | | | | | |

ANEXO IX

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Processo Sei: nº 058.00134075/2025-58 (Siafem nº 20251183878)

Pregão Eletrônico: nº ____/2026

Objeto: Contratação de serviços contínuos de remoção de veículos, peças e outros tracionados apreendidos em razão da atividade de Polícia Judiciária no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba.

AUTORIZO e DETERMINO que o início da execução do contrato do objeto do presente instrumento, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da Contratada e demais documentos do processo administrativo em epígrafe se dê a partir de ____/____/2026.

Piracicaba, ____ de _____ de 2026.

DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA
Ordenador de Despesa
UGE - 180131

